

A África que eu vi

The Africa I have seen

Mônica Dias Martins*

RESUMO: A África contraria expectativas de visitantes que aguardam encontrar apenas a miséria, alardeada como marca original e indelével deste multifacetado Continente. Proveitosas conversas com jovens doutores e pesquisadores experientes revelam sua luta cotidiana para produzir saberes capazes de alimentar o debate político e contraditar formulações conservadoras sobre os destinos de seus povos. Do ponto de vista do debate acadêmico, a interlocução África-América Latina aponta para perspectivas promissoras de renovação de ideias.

Palavras-chave: África, povos, nações, modernidade ocidental, debate acadêmico.

Não esperava ver leões, zebras, nem a floresta de Tarzan e Chita, com caçadores brancos de bermudas cáqui e guerreiros negros de rostos tatuados. Tampouco me deparei com gente faminta e doente, crianças perambulando pelas ruas, “flanelinhas” em esquinas, pedintes nas escadarias de igrejas e mendigos estendidos nas calçadas. A miséria, invariavelmente apresentada como marca da África em peças promocionais de associações filantrópicas, religiosas e não-governamentais, nos documentos de instituições financeiras internacionais ou nas reportagens das grandes agências de notícias, não saltava aos olhos.

Em visita a países africanos de idioma oficial português, contrariando expectativas, encontrei uma população urbana que mantém viva as línguas de seus ancestrais, faladas cotidianamente por residentes e imigrantes de Estados vizinhos - a exemplo do *kriol*, de uso generalizado nas ilhas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, ou do *suaíli*, em Moçambique,

Quênia, Tanzânia e Uganda. Avistei ambulantes orgulhosos, que lotam as cidades em busca de compradores para variadas mercadorias estrangeiras e artesanais, como as coloridas *capulanas*, veste típica de multiusos pelas mulheres, e estátuas de ébano, vendidas com um selo atestando a permissão oficial de que o objeto pode deixar o país.

Conheci jovens talentosos que percorrem o território fértil e densamente povoado da Guiné-Bissau, levando a mensagem da organização não-governamental *Tiniguena* - “esta terra é nossa” - de valorização dos saberes e produtos das diferentes etnias. Mantive contato enriquecedor com pesquisadores independentes de centros de estudos como a Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiental (ADRA), em Luanda; o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), em Maputo; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em Bissau, que combateram o colonialismo português. Hoje, com igual vigor, pelem para produzir conhecimentos capazes de alimentar o debate político sobre os destinos de seus povos e contraditar formulações conservadoras acerca do Continente.

As conversas se prolongaram com as experientes professoras-doutoras da Universidade Eduardo Mondlane, sociólogo moçambicano que liderou a guerra de libertação nacional (1920-1969), críticas tanto da prática tradicional de casamento, denominada *lobolo* (dote pago à família da noiva pelo noivo, em dinheiro, gado ou outros bens materiais), quanto do moderno sistema acadêmico de Bolonha (tratado para unificar o ensino superior europeu e elevar sua competitividade), mas esperançosas de educar uma nova geração que leve adiante os sonhos pan-africanistas de pensadores como o poeta-médico angolano Agostinho Neto (1922-1979) e o romancista-agrônomo guineense Amílcar Cabral (1924-1973).

Igualmente longa e proveitosa foi a reunião na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, na qual a cooperação com o Brasil assume proeminência desde 1975, por termos sido o primeiro Estado-nação a reconhecer a independência de Angola. Não menos interessantes foram os encontros com pesquisadores africanos que lecionam nas universidades de Portugal, sobretudo cabo-verdianos, pois há apenas uma universidade pública nesse país, cujo reitor é também Ministro do Ensino Superior.

Ao proferir conferência na Universidade Colinas de Boé, instituição privada e de funcionamento regular em Guiné-Bissau (o que é bastante raro, considerando a persistente instabilidade política do país), tive a oportunidade de debater com professores e estudantes, constatando, com surpresa, a dificuldade generalizada de entendimento da língua portuguesa no ambiente

acadêmico. Na ocasião, alguns dos presentes assinalaram tendências de retrocesso no processo de unidade nacional, posto que o Estado não estaria logrando garantir segurança e bem-estar à população, fazendo com que as pessoas retornem para suas localidades de origem e suas identidades tribais: “lá fora somos guineenses, aqui a solidariedade política se afirma a partir das etnias”. Este fenômeno não ocorreria linearmente nem seria irreversível, mas revelaria períodos de crise na construção da nacionalidade.

Os diálogos com intelectuais africanos tinham início com algumas perguntas recorrentes: Sua sociedade é claramente identificada como uma nação? O Estado tem sido legitimado por uma comunidade unida pelo sentimento nacional? Ao tempo em que estas questões frequentemente desconcertavam nossos interlocutores, abriam espaço para reflexões. Entravam em pauta as repercussões dos conflitos étnicos; a formação de aparelhos militares multiétnicos; a superação das referências valorativas herdadas do período colonial; as mudanças no terreno das religiosidades; a percepção de direitos humanos pelo mundo tribal e das convicções islamistas e animistas; a difícil convivência da modernidade ocidental com os valores intrínsecos às culturas nativas; as transformações nas práticas comunais de apropriação de terras, águas e florestas; a introdução de novas práticas agrícolas visando atender as demandas de mercados externos; os efeitos deletérios da urbanização intensiva resultante da *destribalização* e da acelerada degradação ambiental; as novas formas de conquista de espaço por parte de potências estrangeiras; a construção de sistemas de ensino e pesquisa; enfim, o conjunto amplo e variado de procedimentos governamentais e pulsões sociais em resposta à inserção do continente no capitalismo.

Realizada em 2011, a viagem se revelou indispensável para uma aproximação inicial com a realidade africana e permitiu organizar vasta rede de intercâmbio com pesquisadores de diferentes países que têm na África seu objeto de estudo. Numerosas instituições acadêmicas ocidentais mantêm grupos de pesquisa sobre a África, sendo imensurável o acervo literário que lograram produzir no decorrer do século passado. Apesar de sua seriedade, esta produção carrega uma marca de origem que conduz o leitor mais atento a apreciá-la cautelosamente: representa, no essencial, a percepção do dominador branco e “civilizado” sobre regiões tidas como inóspitas e povos considerados “bárbaros”, “inferiores”, “primitivos”, “atrasados” e “incapazes”. Boa parte desta literatura é assinada por africanos formados em centros universitários europeus e estadunidenses. Mesmo aqueles textos francamente contrários à colonização, não deixam de ser contaminados pelo “universalismo europeu”, para usar uma expressão cara a Immanuel Wallerstein, que tende a estabelecer apriorismos enviesados sobre as sociedades africanas.

Testemunhei variadas manifestações de desagrado quanto ao conhecimento ocidental no tocante aos processos culturais, sociais e políticos existentes na África. Emerge no ambiente intelectual do Continente a vontade de pensar suas comunidades tendo como referencial novas teorias e sensibilidades. Aliás, tal tendência é expressa em obras de ficção literária que passam a despertar atenção nos leitores ocidentais e constituem motivo de orgulho para as camadas sociais africanas mais intelectualizadas. A produção de conhecimentos sobre a África por brasileiros pode se beneficiar desta tendência de revisão profunda de conceitos requerida pela insatisfação africana com a percepção dominante.

Situação similar ocorre no caso latino-americano. A busca pela integração continental induz ao exame crítico de teorias antigas, mas ainda em voga. Um grande obstáculo a ser vencido neste campo é o de estancar a predominância, no ambiente de estudos das relações internacionais, do pensamento conservador elaborado a partir do mundo anglo-saxão. Nas análises dos sistemas políticos prevalecem os cânones ditados por teóricos que operaram em favor das potências que disputaram, ao longo do século XX, a hegemonia mundial. Do ponto de vista do debate acadêmico, a interlocução África-América Latina pode apontar para perspectivas promissoras de renovação de ideias.

No universo luso-africano, a China mostra ampla presença, inaugurando um estilo peculiar de atuação: lastreia suas iniciativas no tradicional discurso libertário e em investimentos robustos em obras de infraestrutura. Desta forma, consegue angariar simpatias, assegurar mercados consumidores e direitos de exploração de recursos naturais. A ofensiva chinesa na África poderá resultar em tensões crescentes, pois vem ocorrendo em uma vasta área que as potências ocidentais sempre consideraram como reserva própria. A disputa entre interesses externos presentes no continente africano estiveram claramente sinalizadas nas rupturas políticas nos países mediterrâneos, mas é questão de tempo chegar até as extensas savanas, florestas tropicais, altiplanos, manguezais e os numerosos arquipélagos dos oceanos Índico e Atlântico. Recentemente, os conflitos no Atlântico Sul foram escancarados devido às descobertas de reservas do pré-sal, situadas em áreas cuja jurisdição ainda não está inequivocamente estabelecida pelo Direito Internacional.

Estes contatos com intelectuais africanos, que anteriormente privilegiavam seus pares europeus e estadunidenses, se concretizaram graças ao projeto de pesquisa - “A África lusófona e o Nordeste do Brasil” – realizado pelo Observatório das Nacionalidades (ON) com financiamento do BNB. A compreensão de que o relacionamento África-Brasil é de natureza estratégica e, portanto, contribui para nossa inserção no cenário internacional está

suficientemente enfatizada nos documentos que orientam as políticas públicas do país. O que parece não estar prefigurada em todas as suas dimensões é a importância destas relações para o Nordeste brasileiro. Se a África Ocidental é percebida como “fronteira natural” do nosso país, a área geográfica mais próxima do continente africano é o Nordeste, o que evidencia certa complementaridade entre as atividades econômicas desenvolvidas no ocidente africano e na região nordestina.

O poder público e a sociedade nordestina não podem perder a oportunidade de aprofundar as relações com o continente africano. Para efeito, a multiplicação de pesquisadores que estudem as temáticas deste fantástico universo, tão ligado às nossas origens mais profundas, é tarefa indeclinável. O Nordeste tem muito que aprender sobre a África: o processo de desenvolvimento regional entende ser forçoso o aprofundamento das relações com as sociedades estrangeiras geograficamente mais próximas.

Em boa hora começa a funcionar no Ceará a Universidade Internacional da Integração Luso-Afro-Brasileira, a UNILAB. Tal iniciativa do governo federal pretende formar profissionais nas áreas de interesse comum aos países de língua portuguesa e analisar os vínculos África-Brasil em perspectiva histórica, somando-se, assim, a programas do qual participam centenas de estudantes africanos que frequentam instituições cearenses de ensino superior. É tempo de fomentar a discussão no meio acadêmico, técnico e político acerca das novas perspectivas no relacionamento com uma região que, embora ainda pouco conhecida, constitui uma das mais instigantes para quem investiga processos de construção dos Estados nacionais e seus vínculos com as Nações Unidas.

Apesar da persistente diáspora, dos anos de recém-fundas guerras civis e das desigualdades sociais visíveis no contraste entre casas e carros luxuosos ao lado de equipamentos públicos semidestruídos, a África que desfilava ante meu olhar curioso era bem diferente daquela consagrada por uma visão de mundo que infantiliza os povos, negando-lhes o direito à história antes do contato com a dita “civilização”, e lhes atribui todo tipo de misérias materiais e imateriais.

ABSTRACT: Africa goes against expectations of visitors waiting to find only misery, as unique and indelible mark vaunted of this multifaceted Continent. Fruitful conversations with young doctors and experienced researchers reveal their daily struggle to produce knowledge able to nourish the political debate and to confront conservative formulations about the destinies of their people. From the point of view of academic debate, the Africa-Latin America dialogue points to promising perspectives for renewal of ideas.

Artigo

Recebido: 02/04/2014

Aprovado: 30/04/2014

Keywords: Africa, people, nations, Occidental modernity, academic debate.